

Brasil evitou mobilizar o bloco dos endividados

Rosental Calmon Alves

Correspondente

Punta del Este, Uruguai — O Brasil não quis recorrer ao Grupo de Cartagena, que reúne os 11 principais países devedores da América Latina, em busca de apoio político para sua recente moratória, pois o governo brasileiro concluiu que uma nação coletiva desse tipo seria prejudicial em suas negociações com os credores.

Segundo o chanceler uruguaio Enrique Iglesias, secretário do Consenso de Cartagena, houve muito contato do Brasil com os demais países do grupo antes, durante e depois da declaração da moratória, mas sempre com a preocupação de não deixar a falsa impressão de que se pretendesse formar um “bloco de devedores” ou algo parecido.

Para Iglesias, o Grupo de Cartagena continua como uma espécie de reserva na crise da dívida externa e os 11 países membros pretendem continuar estudando tecnicamente soluções políticas a serem sugeridas ou negociadas futuramente com os credores, embora ainda não se pense em negociações coletivas. Nos próximos dias 10 e 11 haverá uma nova reunião de ministros, aproveitando a conferência da Aladi (Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração); que trará ao Uruguai todos os integrantes do Consenso de Cartagena, exceto a República Dominicana.

Este balneário de mansões cinematográficas, certamente o mais sofisticado de toda a América do Sul, recebe nesta semana uma grande quantidade de turistas brasileiros, principalmente gaúchos. No ano passado, nesta mesma época, reuniram-se aqui os ministros dos 11 países de Cartagena, a pedido do México, que se encontrava numa situação extremamente difícil em sua negociação com os bancos estrangeiros.

A reunião acabou não dando nenhum resultado, apesar das expectativas criadas pelo México de que sairia um duro documento e se ensaiaria algo em torno de ação conjunta. Hoje, em sua bela casa de praia, o chanceler Iglesias recorda que naquela ocasião o próprio ministro de Finanças do México, Jesus Silva Herzog, foi o primeiro a pedir máxima moderação nos termos das resoluções de Cartagena, pois, de acordo com sua avaliação, qualquer endurecimento acabaria prejudicando as negociações mexicanas que estavam em andamento.

Um ano depois, o Brasil é que estava na berlinda e em péssima situação com os bancos, mas a atitude foi a mesma: “não atuar na base do consenso coletivo”. Segundo o chanceler Iglesias, houve apenas um intercâmbio de informações, mas em nenhum momento se chegou a pensar em ativar o Consenso de Cartagena. Se isso ocorresse, explica o chanceler, se supõe que “haveria uma resistência política muito forte por parte dos credores”.

— O Brasil apareceria como se estivesse liderando a formação de um bloco, o que não era conveniente para ele mesmo. Além disso, os casos são completamente diferentes de país a país. A Venezuela e o México, por exemplo, já tiveram sua renegociação concluída. A Argentina está por concluir. Mas isso não impede que o problema da dívida continue sobre a mesa, para ser negociado. Os fatos mostram que temos razão quando dizemos que nossos países estão muito vulneráveis a impactos externos ou internos. No caso brasileiro, agora, foi um impacto interno. Mas estamos numa posição imperfeita — disse o chanceler Iglesias, que dirigiu durante vários anos a Cepal (Comissão das Nações Unidas para Assuntos Econômicos da América Latina).